ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (09-12-2019).

Ao nono dia do mês de dezembro de dois mil e dezenove,às dezesseis horas e dezesseis minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade, sob a Presidência do vereador Edson Agostinho que contou com a presença dos demais Vereadores. O presidente Edson Agostinho, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo marianense declarou abertos os trabalhos da seção. O presidente consultou os vereadores se queriam fazer a leitura da Ata da **trigésima nona reunião ordinária,** realizada no dia dois de dezembro de dois mil e dezenove ou fazer alguma ressalva, não havendo manifestação contrária**, ata foi aprovada por unanimidade. Leitura das Correspondências: Convite -** O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Corregedor-Geral de Justiça e a Diretora do Foro da Comarca de Mariana convidam para a Cerimônia de Apresentação do Projeto das Futuras Instalações do Fórum dia 12 de dezembro de 2019, às 14 horas, no Cine Teatro Municipal de Mariana. **Convite -** A Câmara Municipal de Mariana convida para a outorga do Título de Cidadania Honorária ao Desembargador Nelson Missias de Morais, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, durante a Cerimônia que será realizada pelo TJMG dia 12 de dezembro (quinta-feira), às 14 horas, no Cine Teatro Municipal de Mariana. **Convite -** A Câmara Municipal de Mariana convida para a solenidade de outorga da Comenda "Legião da Guarda Nacional em Mariana" que será realizada dia 12 de dezembro de 2019 (quinta-feira), às 19 horas, no Cine Teatro Municipal. **Leitura dos Projetos de Leis: nº 90/2019** (autoria do Vereador Cristiano Silva Vilas Boas). **Leitura dos Requerimentos: nº 186/2019** (Autoria dos Vereadores Cristiano Silva Vilas Boas e Ronaldo Alves Bento)**; nº 187/2019** (autoria do Vereador Cristiano Silva Vilas Boas)**; nº 188/2019** (autoria de todos os Vereadores). **Leitura das Indicações: nº 615, 616, 617, 618/2019** (autoria do Vereador Cristiano Silva Vilas Boas**); nº 619,620, 621, 622, 623, 624/2019 (**autoria do Vereador Gerson Teixeira da Cunha); **nº 612, 613, 614, 625/2019 (**autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento). **Leituras das Moções de Pesares:** pelo passamento do senhor Osvaldo Mapa, (autoria dos vereadores João Bosco e Juliano Vasconcelos), pelo passamento da senhora Adelaine Azevedo Teixeira (autoria do vereador Ronaldo Bento), pelo passamento do senhor José Umbelino Neto (autoria dos vereadores Gerson Cunha e Fernando Sampaio). **A reunião ocorreu com intervalo. Leitura dos Pareceres: Substitutivo ao Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 01/2019** (autoria dos Juliano Vasconcelos Gonçalves, Ronaldo Alves Bento, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Gerson Teixeira da Cunha e Daniely Cristina Souza Alves). O presidente submeteu o projeto de lei, **em primeira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **VOTAÇÃO: Pedido de Providência nº 31/2019** (autoria do Vereador Bruno Mól)**.** O presidente submeteu o pedido de providencia em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos comentou referente ao pedido de providência destacando que ele vem se atentando para o número de carros que está dentro da cidade. O vereador comentou que na cidade de Itabirito

existe uma lei que consiste em; os caminhões que forem emplacados na cidade necessitam no ato comprovar a existência de um garagem para se colocar o veículo. Isso ocorre, pois o transito de lá é municipalizado. O vereador destacou ainda a importância de que se estude a viabilidade de se implementar algo similar aqui em Mariana. Tendo em vista a importância das empresas encontrarem um lugar apropriado para estacionar seus veículos. Com a palavra, o vereador José Jarbas destacou a importância de se ter cautela, pois se for para discutir questões referentes as empresas prestadoras de serviço a exigência acaba por fazer todo sentido. Contudo, ele ressaltou a necessidade de se ter um certo cuidado para com o trabalhador local que possui caminhão, uma vez que nem todos possuem condições de ter garagem. Para o vereador se essa postura for tomada poderá vim a inviabilizar o trabalho do profissional individual do município. O vereador Fernando Sampaio ratificou as falas do vereador José Jarbas, ressaltando a importância de se exigir a garagem apenas das empresas prestadoras de serviços. Com a palavra, o vereador Deyvson Ribeiro disse que isso ocorre devido a falta de fiscalização por parte do executivo, mencionando assim o fato de que existe uma empresa que coloca ao final do dia todos os seus ônibus no estacionamento da rodoviária, e que ninguém faz nada. O vereador comentou que são exigidos dos proprietários de empresas de ônibus da cidade diversas coisas que acabam por acarretar gastos para o proprietário. Mas que as empresas de fora veem, e estacionam seus carros onde bem entendem, sem trazer nenhum fomento para a cidade. Por fim, o vereador Deyvson Ribeiro ressaltou a importância de o executivo valorizar o empresariado local. O vereador Antônio Marcos destacou que o pedido de providência do vereador Bruno Mól, é destinado apenas para caminhões de empresa, e que por isso ele destacou a importância de se implementar o sistema acima anteriormente citado. O vereador Geraldo Sales disse que entende a preocupação do vereador Bruno Mól, destacando que sempre disse que qualquer empresa que viesse para a cidade deveria ter seu escritório. O vereador disse que é preciso ter cautela para que não se legisle de forma especifica para alguns. O vereador comentou que por isso pediu vista no pedido na reunião passada, pois ele entende a boa intenção do vereador, mas que existe uma norma que precisa ser seguida. O vereador destacou que neste sentido é importante que se leve em consideração os pequenos empresários que em sua maioria não possuem garagem para guardar seus veículos. O vereador Geraldo Sales se absteve do voto. Pela ordem, o vereador Marcelo Macedo também se pronunciou sobre o pedido de providência, dizendo que esteve em uma reunião com representantes da Fundação Renova, e que nessa foi sugerido algo que ia ao encontro com o pedido de providência citado pelo vereador Bruno Mól. No entanto, a sua preocupação se refere ao fluxo de veículos que vem crescendo dentro da cidade, e que o senhor Guilherme, diretor da Fundação Renova, demonstrou preocupação com esse assunto. O vereador disse que acha pertinente o pedido de providencia, mas que se deve ter cautela pois esse é apenas um pedido de providencia, ou seja, a discussão não diz respeito a um projeto de lei. Nesta linha, o vereador disse que é necessário que se tome cuidado, pois as pessoas que estão assistindo a reunião podem pensar que essa é uma lei. O vereador Juliano Vasconcelos disse que de início o que vai

melhorar essas questões de fluxo de veículos na cidade é a volta do estacionamento rotativo. Ele disse ser importante ter cautela, pois a cobrança deve ser para todos. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio ressaltou a importância de se voltar com estacionamento rotativo, para que se melhore as condições de estacionamento dentro da cidade. O vereador Antônio Marcos também se manifestou sobre o estacionamento rotativo, destacando assim a sua importância para a cidade. O Presidente submeteu os pedidos de providências **n° 31 e 33/2019 em única discussão e votação,** sendo **aprovados com abstenção do voto do vereador Geraldo Sales. Requerimentos: n°186/2019.** Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos pediu para assinar o requerimento. Ele disse que quando foi iniciada a construção da capela em questão ele ajudou algumas pessoas que o procurou. O vereador lamentou a decisão da empresa, Mina da Passagem, de querer tomar o espaço no qual a capela se encontra. O vereador Antônio Marcos também pediu para assinar o requerimento. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales informou que viu na mídia algo no sentido de que a referida área já teria sido passada ao município. O vereador informou que na semana passada teria enviado um ofício ao COMPAT, e ao secretário de cultura, solicitando que fosse feito um inventario de tombamento do local. Pela ordem, o vereador Ronaldo Bento disse que o requerimento está aberto para qualquer outro vereador que queira assinar. O vereador comentou que a aproximadamente quatro reuniões passadas, foi aprovada uma preposição por meio de uma indicação sua, nela ele solicitava que o poder público municipal intervisse junto ao suposto proprietário da área de modo que se preservasse a capela, visto que essa é uma conquista da população. O vereador disse sobre a forma abrupta na qual essa notícia chegou na comunidade, e como a intervenção do pároco acabou por impossibilitar o desfeito da capela. O vereador ressaltou a importância do executivo desapropriar a área, ou até mesmo fazer um acordo de comodato, para que a comunidade possa continuar usufruindo da capela. O vereador informou que após essa indicação foi procurado pelo vereador Cristiano Vilas Boas que propôs a feitura de um requerimento em conjunto. Ele propôs que a casa se reunisse com a comunidade e todas as pessoas envolvidas, para que fosse feito um acordo que mantivesse a capela no local. Com a palavra, o vereador Cristiano Vilas Boas também comentou sobre o requerimento, dizendo sobre a importância de se debater sobre o assunto, tendo em vista a importância de se manter as comemorações religiosas no local. O requerimento foi **aprovado em única discussão e votação por unanimidade. n° 187/2019**. O presidente submeteu o requerimento **em única discussão e votação** sendo **aprovado por unanimidade. n°188/2019** O presidente submeteu o requerimento **em única discussão e votação** sendo **aprovado por unanimidade. TRIBUNA LIVRE:** Atende ao Requerimento nº 172/2019, de autoria do vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves, o presidente passou a palavra ao vereador autor do requerimento, para que pudesse fazer suas considerações. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos agradeceu os representantes do programa Família acolhedora pela presença. O vereador então disse que fez o requerimento em virtude da necessidade de se ter uma divulgação maior do programa "Família acolhedora". Ressaltando assim a sua importância e relevância para o município. Prosseguindo, a Senhora Cristina,

coordenadora do programa, agradeceu a oportunidade e também a aprovação do projeto que instituiu o programa no município. Ainda com a palavra, ela disse que o programa está sendo executado na cidade, mas que ele ainda necessita de uma atenção maior por parte da comunidade, para que ele possa funcionar da melhor maneira possível. Ela explicou que o projeto é um programa de política pública que consiste no recolhimento de crianças e adolescente que foram desvinculadas de suas famílias temporariamente por ordem judicial. Informou ainda que até o presente momento as crianças que são recolhidas são encaminhadas para as unidades de acolhimentos existentes na cidade. Destacando assim que nos dias atuais há uma luta muito grande para que essas unidades sejam extinguidas. Com a palavra, a Senhora Renata, membra da equipe técnica do projeto técnica fez suas considerações sobre programa. Ela informou que o programa é uma política pública que se tornou lei em julho de dois mil e dezoito. Ela explicou ainda que a modalidade família acolhedora funciona como alternativa ao acolhimento inconstitucional, e que ela acaba por trazer vários benefícios a inúmeras crianças e adolescente. Ela destacou ainda que a ideia é que famílias previamente cadastradas e selecionadas possam acolher temporariamente essas crianças e adolescente que foram afastados do convívio familiar. Disse que importante ressaltar que é um acolhimento temporário que tem prazo máximo de dezoito meses, que é o que está estabelecido no estatuto da criança e adolescente. E que é existente alguns pré requisitos, para fazer parte do família acolhedora. Ressaltando assim a importância de se distinguir adoção e família acolhedora. Adiante, explicou que existes diversos processos e avaliações para habilitar as famílias. O vereador Deyvson Ribeiro por sua vez perguntou qual é a idade das crianças e adolescente, em que pode está no programa. Sendo respondido que de zero aos dezoito de anos de idade. Em seguida a Senhora Renata, passou a palavra para a Juliana, para que ela pudesse manifestar as suas considerações referentes a habilitações das famílias acolhedoras. Com a palavra a senhora Juliana, disse que é importante frisar que a Família Acolhedora, que o programa é uma política publica instituída de grande importância e relevância. E por isso veio até a Casa para pedir uma ampla divulgação do programa. Ressaltou que em virtude de se garantir os direitos das crianças e adolescentes, existe um grande trabalho para estudo de cada caso, para que assim seja analisado as estratégias de intervenção para cada família, pois é necessário que se leve em considerações todas as situações de vulnerabilidades, para que as crianças possam num momento posterior voltar para suas casas. Ela destacou também a importância de se diferencias família acolhedora e adoção, pois as duas tem viés totalmente distintos. Ressaltando que a ideia principal e trabalhar a família legitima da criança, para que ela possa retornar a sua família de origem. Informou que é prestado todo apoio as famílias acolhedoras. Em seguida ela explanou quais são os passos que devem tomar caso alguma família tenha interesse em fazer o acolhimento. O vereador Gerson Cunha, perguntou qual é a demanda de crianças e jovens, no programa, e se já e existente dentro da cidade alguma família. Em reposta a senhora Juliana, respondeu que ainda não existe nenhuma família acolhedora, mas que já vem sendo analisado duas famílias, que procuraram o programa. Esclareceu ainda que hoje nas unidades de acolhimento tem dezessete

crianças. Pela ordem o vereador Antônio Marcos, ressaltou a importância de se ter uma ampla divulgação no programa. Pois é de extrema importância que se deixe claro a diferença do programa para adoção. O vereador disse que é necessário ter cautela no programa, dizendo que o prazo de dezoito meses, corre o risco de a família criar um certo vínculo com o sujeito que for acolhido. E isso pode acarretar receios em se tornar uma família acolhedora. Pela ordem o vereador Juliano Vasconcelos, pediu que toda impressa presente possa fazer uma ampla divulgação do programa. Com a palavra a senhora Juliana, disse que em virtude da divulgação do projeto, foi criado uma página no facebook e instagram, pedindo para que os vereadores, enquanto figuras públicas possam auxiliar no sentido dessa divulgação. Pela ordem o vereador Deyvson Rbeiro, também manifestou sobre o programa. Parabenizando assim toda a equipe envolvida no programa. O vereador disse ainda a importância desse trabalho ressaltando que para ele é um desafio, convencer uma pessoa colocar uma criança em uma casa. O vereador Deyvson Ribeiro por sua vez perguntou qual é a idade das crianças e adolescente, em que pode está no programa. Sendo respondido que de zero aos dezoito de anos de idade. Em seguida a Senhora Renata, passou a palavra para a Juliana, para que ela pudesse manifestar as suas considerações referentes a habilitações das famílias acolhedoras. Com a palavra a senhora Juliana, disse que é importante frisar que a Família Acolhedora, que o programa é uma política publica instituída de grande importância e relevância. E por isso veio até a Casa para pedir uma ampla divulgação do programa. Ressaltou que em virtude de se garantir os direitos das crianças e adolescentes, existe um grande trabalho para estudo de cada caso, para que assim seja analisado as estratégias de intervenção para cada família, pois é necessário que se leve em considerações todas as situações de vulnerabilidades, para que as crianças possam num momento posterior voltar para suas casas. Ela destacou também a importância de se diferencias família acolhedora e adoção, pois as duas tem viés totalmente distintos. Ressaltando que a ideia principal e trabalhar a família legitima da criança, para que ela possa retornar a sua família de origem. Informou que é prestado todo apoio as famílias acolhedoras. Em seguida ela explanou quais são os passos que devem tomar caso alguma família tenha interesse em fazer o acolhimento. O vereador Gerson Cunha, perguntou qual é a demanda de crianças e jovens, no programa, e se já e existente dentro da cidade alguma família. Em reposta a senhora Juliana, respondeu que ainda não existe nenhuma família acolhedora, mas que já vem sendo analisado duas famílias, que procuraram o programa. Esclareceu ainda que hoje nas unidades de acolhimento tem dezessete crianças. Pela ordem o vereador Antônio Marcos, ressaltou a importância de se ter uma ampla divulgação no programa. Pois é de extrema importância que se deixe claro a diferença do programa para adoção. O vereador disse que é necessário ter cautela no programa, dizendo que o prazo de dezoito meses, corre o risco de a família criar um certo vínculo com o sujeito que for acolhido. E isso pode acarretar receios em se tornar uma família acolhedora. Pela ordem o vereador Juliano Vasconcelos, pediu que toda impressa presente possa fazer uma ampla divulgação do programa. Com a palavra a senhora Juliana, disse que em virtude da divulgação do projeto, foi criado uma página no facebook e instagram, pedindo para que os vereadores, enquanto figuras públicas possam

auxiliar no sentido dessa divulgação. Pela ordem o vereador Deyvson Rbeiro, também manifestou sobre o programa. Parabenizando assim toda a equipe envolvida no programa. O vereador disse ainda a importância desse trabalho ressaltando que para ele é um desafio, convencer uma pessoa colocar uma criança em uma casa. Prosseguindo a reunião o presidente passou a palavra ai vereador Antônio Marcos. Pela ordem o vereador Antônio Marcos, justificou que pediu para a palavra para se manifestar referente a dois assuntos. Um deles foi referente ao poço da localidade de Cafundão de Baixo, em que a população estava aguardando a presença do prefeito e dos representantes do SAAE, mas que infelizmente não teve a presença do prefeito, e que a população não gostou da atitude do prefeito. Disse ainda que segundo informações de alguns moradores o prefeito teria informado que só iria se fazer presente se tivesse uma associação organizada. E a população acreditando nas palavras do prefeito montou uma associação. Mas que mesmo assim o prefeito não compareceu ao local. O vereador comentou também sobre a situação da escola do local, em que se encontra decadente. O vereador comentou que não concorda coma feitura do poço dentro do campo do local. O vereador ressaltou a importância do prefeito ir até o local para explicar qual é a situação do local, onde vai ser o Campo. O vereador então solicitou que o prefeito faça presente, e escute as demandas da comunidade de Cafundão. Para que assim se tome as providências para o local. O vereador José Jarbas, ratificou as falas do vereador Antônio Marcos, tendo em vista a importância de se atender a comunidade do local. Diante disso o vereador pediu que fosse feito um requerimento, para que seja feita uma reunião para debater sobre o poço que será feito, na localidade de Canfundão. Outro assunto citado pelo vereador Antônio Marcos, foi que encontrou com um comerciante da cidade que disse que estava assustado com a situação de Mariana, e que disse que quando o prefeito decretou estado de calamidade em Mariana no início do ano teve intensão de ir embora da cidade, pois a situação financeira aqui nao estava boa. O vereador comentou então que falou que disse para esse comerciante que a cidade se encontra uma das maiores arrecadações. O vereador então comentou que os representantes do executivo tem que ter cautela ao solta informações. Pois muitas delas deixam a população extremamente alarmadas e preocupadas. Por fim o vereador ressaltou a importância de se ter uma boa gestão, e planejamento, para que não aconteça o que aconteceu esse ano. De decretar estado de calamidade, e o ano acabar com a maior arrecadação dos últimos anos. Prosseguindo o vereador Deyvson Ribeiro, comentou sobre o requerimento n°188/2019 referente à *"Requer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo e este remeta cópia da proposição à Procuradoria Geral do Município e a Secretaria da Fazenda para que se abstenha de encaminhar nome de contribuintes que estão inscritos em dívida ativa para o Cartório de Protesto sem o aviso prévio e que seja providenciado à retirada dos nomes daqueles inscritos com notificação para que possam solucionar o débito administrativamente com essa Prefeitura.Requerendo ainda, que seja revogado o Decreto nº 9395/2018."* O vereador enfatizou que para ele isso configura como uma falta de planejamento, pois foi aprovado que não seria mandado o nome das pessoas para cartório. O vereador disse que é importante que não deixe negativado o

nome dos empresários. O vereador pediu que o prefeito leve o requerimento em consideração. Afim de fomentar a economia da cidade, pois para ele negativar o nome do contribuinte Marianense só tende a trazer piorias para a cidade. Adiante o vereador Marcelo Macedo, comentou que a reunião foi muito boa, pois o atual diretor demonstrou muito interesse e empenho para tentar resgatar a credibilidade da Fundação com toda a população. O vereador disse que no dia seguinte da reunião ele foi até o distrito para conversar com o vereador, sobre as demandas do distrito. Entretanto o vereador parabenizou o senhor Guilherme, ressaltando seu compromisso frente a Fundação Renova. O vereador comentou que já tem quatro anos que ninguém demonstrou o interesse que o Guilherme demonstrou. O vereador disse ser importante lembrar que no próximo ano as reuniões com a Fundação Renova retornará para a Casa. Para que seja possível acompanhar de perto quais as ações que a Fundação Renova irá apresentar para a cidade. O presidente da Casa Edson Agostinho, disse que já conhecia o Senhor Guilherme, e que acredita no trabalho dele pois sempre foi uma pessoa muito empenhada. **PALAVRA LIVRE**: **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada tratar o presidente encerrou a reunião as dezoito horas e vinte e cinco minutos.